



Departamento de Sociologia e Políticas Públicas

DEMOCRACIA, ESTADO-NAÇÃO, E HÍPER-GLOBALIZAÇÃO

Eloísa Micaelo Silva

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação

Orientador

Professor Doutor José Jorge Barreiros,

Professor Auxiliar

ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2012

Agradecimentos

Quero começar por agradecer ao professor José Barreiros, o meu orientador, por toda a disponibilidade demonstrada na caminhada que resultou nesta dissertação. Os seus conselhos, e o seu refulgente conhecimento, recomfortaram os momentos de incapacidade, e de frustração, tornando o impraticável numa janela de conhecimento. É especialmente a este professor que devo a inquietude pelo conhecimento e pelo seu aperfeiçoamento. Fico-lhe muito grata.

Um obrigado à Carlota, à Cláudia, e à Daniela por todas as conversas, e por todas as recargas de confiança, foram muito reconfortantes.

Ao Alexandre um especial agradecimento pela paciência, e pelo companheirismo prestado.

Agradeço ainda aos meus pais, Vera e José. Aos meus avós, Jaime e Lurdes. E um grande obrigada ao meu irmão, por me ter ensinado a amar a diferença.

Resume

Muitos são os desafios democráticos que a contemporaneidade comporta. As causas, para estes nossos tempos instáveis, são múltiplas, e são profundas, mas interessa percebê-las de forma a equacionar as suas soluções. O presente estudo invoca este objectivo através da sua abordagem pela relação entre mercado (globais), democracia, e estados (nação). Pretende-se analisar a forma como as democracias são afectadas, ao nível dos Estados-Nação, na consequência das dinâmicas económicas e financeiras decorrentes de uma Hiper-Globalização.

Através de uma intensificação profunda da globalização as dinâmicas do poder político foram alteradas. Estas transformações reflectem uma diminuição do poder do estado em domínio nacional e internacional, em prol da liberdade plena dos mercados financeiros. Maximiza-se a ambivalência e a instabilidade entre mercados (globais) e estados (nacionais), provocando desequilíbrios que ameaçam quebrar os consensos sistémicos vigentes.

De forma a estabelecer equilíbrios necessitamos de ganhar consciência de que a modernidade não suporta mais em simultâneo: Estados-Nação, Democracias e uma Hiper-globalização. Necessitamos então de fazer escolhas, e estas representam o maior desafio democrático contemporâneo.

Estas opções devem reflectir o mundo que se ambiciona. Um mundo ao funcionamento orientado segundo a arbitrariedade da “livre” orientação dos mercados, ou um mundo retornado a um nacionalismo de estados-nação retraídos sobre si próprios. Talvez se ambicione um pouco dos dois. Deseja-se uma governação global que consiga equilibrar o plano internacional e o plano nacional, através do reconhecimento e da viabilização de um equilíbrio aceitável entre ambos.

Apesar de esta saída representar inúmeros desafios, ela constitui-se numa hipótese de a humanidade preservar a viabilidade da democracia na elaboração do seu futuro.

Palavras-Chave: Democracia; Estados-Nação; Hiper-Globalização; Governação global.

Abstract

There are many democratic challenges in the present-day behavior. There are many reasons for these unstable times, and these reasons are multiple and deep. Nevertheless, we should perceive them and unravel their solutions. This study relies on this objective through its approach to the market's (global), democracy's, and states' (national) relationship. Our aim is to analyze how democracies can be affected at the nation-states' level, as a consequence of the financial and economic dynamics which result from a hyper-globalization.

Through a deep globalization, the political power dynamics have changed. These changes reflect a decrease in the state's power, both national and international, in favor of full freedom from financial markets. The instability between markets (global) and states (national) might cause imbalances that threaten to break the current agreements.

In order to establish harmony, we need to gain awareness that modernity does not support more than two from the following: national self-determination, democracies and a hyper-globalization. We need to choose, and these choices are the biggest challenge in democracy nowadays.

These options should draw the path to the world that we want. We need to choose a world guided by the arbitrariness of the markets or go back to a world of nation-states closed in themselves. Maybe we could dream with a bit of both. We want a global governance that can have the international and national level, by recognizing and achieving a fair balance between both.

Although this path represents many challenges, it constitutes a chance for humanity to preserve the democracy's viability and plan its future.

Key Words: Democracies; Nation-States; Híper-Globalization; Global Governance.

Índice

| | |
|---|----|
| 1. INTRODUÇÃO | 1 |
| 2. O SISTEMA FINANCEIRO INTERNACIONAL EM TRÊS ETAPAS: GOLD STANDARD, BRETTON WOODS, E NEOLIBERALISMO | 5 |
| 3. ESTADOS VS MERCADOS | 19 |
| 4. (HÍPER) GLOBALIZAÇÃO E/OU ESTADOS (NAÇÃO) | 29 |
| 5. CONCLUSÃO | 37 |
| 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 41 |

1. INTRODUÇÃO

Hoje o mundo parece ser um lugar muito incerto. Os recentes anos têm mostrado uma onda crescente de instabilidade social e política, milhares de cidadãos distribuídos por este nosso globo, têm-se manifestado nas ruas reais e virtuais. A Primavera Árabe, os tumultos de Londres, o movimento “*Occupy Wall Street*”, entre muitos outros, mostram a veracidade desta evidência. As taxas de desemprego são elevadas, há cerca de 200 milhões de pessoas desempregadas, das quais 75 milhões são jovens (Fischer: 2012). O crescimento ameaça estagnar, as incertezas aumentam, os riscos são cada vez maiores. E a configuração de soluções para estes momentos instáveis é o verdadeiro desafio das democracias contemporâneas.

Um determinado sistema social requer, necessariamente, uma articulação entre as diferentes esferas de poder – política, económica, geopolítica, tecnológica, entre outras – em diferentes contextos, e em diferentes ciclos. Mas, a actualidade mostra algumas fraquezas nestas articulações que se traduzem em desequilíbrios reflectidos nas sociedades contemporâneas. As democracias revelam-se inertes, revelam-se incapazes de responder aos desafios contemporâneos. Esta inércia que hoje refreia as democracias modernas, outrora parecia não as envolver. Lá vão os tempos que estas pareciam garantir alguma estabilidade na gerência das diferentes arenas de poder, e muitos foram os teóricos a escrever sobre o seu esplendor.

No verão de 1989 Fukuyama publicou um ensaio onde sustentava o “*triunfo do Ocidente, da ideia ocidental*”¹, devido à derrota do fascismo e ao desmembramento dos impérios abriu-se caminho para um novo regime político “*liberal na medida em que reconhece e protege, através de um sistema legal, o direito humano universal à liberdade, e democrático na medida que só existe com o consentimento dos que são governados*”². Ainda segundo Fukuyama, a democracia liberal foi realçada pelo fracasso das ditaduras militares e pela integração europeia, mostrando que o realismo defendido no século XIX e no século XX relativamente à luta pela sobrevivência e pela superioridade entre os estados soberanos dentro de um sistema mundial, era absolutamente irreal. Este triunfo levou Fukuyama a declarar que o comunismo estava em crise. As últimas décadas do século XX pareciam demonstrar que a questão das classes tinha sido bem resolvida pelo ocidente, o consumismo impulsionado pelo

¹Citado em Keane, 2008: 676;

²Ibidem, p. 677;

mercado dominou, e no fundo a democracia liberal fundada através de mercados livres revelou-se bastante promissora.

O modelo democrático ocidental, de inspiração liberal, edificou-se através de democracias representativas associadas a economias de mercado, tendo em vista assegurar a produção de bens e riqueza. Esta configuração política exigia que o governo partilhasse o seu poder com os cidadãos, que respeitasse os seus direitos civis, e que defendesse a propriedade privada e o mercado livre.

Interessa ter presente que as democracias e os seus ideais não trazem garantias históricas de equilíbrio e bem-estar, são vulneráveis a diversos factores e contextos que, sob certa conjugação, podem contribuir para as fragilizar. As causas que possibilitaram esta realidade desequilibrada podem ser muitas, podem ter várias faces, e estou consciente que a sua dimensão supera a minha análise. Mas considero que as raízes destes desafios entroncam na relação entre mercados (globais), democracia e Estado-Nação. Ou seja, é a forma como a democracia é afectada ao nível do estado-nação, pela globalização dos mercados. Esta problemática foi despoletada a partir de Dani Rodrik, através do seu “The Political Trilemma of the World Economy”. Este foi um autor importante na inspiração do fio condutor que orienta esta dissertação.

O objectivo deste trabalho prende-se com análise dos desafios democráticos actuais resultantes dos desequilíbrios entre a esfera nacional e a esfera internacional, consequentes das dinâmicas económicas e financeiras, num contexto de globalização profunda. E pretende-se afrontar esta relação em três planos relevantes. Tendo em conta a importância da relação entre o sistema financeiro e o sistema político, e através de uma revisão dos momentos de viragem na evolução do respectivo percurso, pretende-se compreender os contornos políticos de que resulta a realidade contemporânea. Seria difícil contornar a História, pois o passado é sempre um bom aliado do presente. Perceber qual é a história do modelo económico vigente contribui para o entendimento das actuais dinâmicas políticas. No primeiro capítulo sintetizam-se três etapas e três modelos que cunharam a relação do sistema financeiro com o sistema político: Gold Standard, Bretton Woods, e o Neoliberalismo. Nesta última etapa, denota-se que as suas dinâmicas estruturais são espelhadas através de dois factores: pela relação entre os estados e os mercados, e pela hiper-globalização. Estes dois constituem-se num paradoxo, cujos termos interessa situar de forma a resolver as suas contradições. E cada um deles será analisado no capítulo dois e no capítulo três, conforme a ordem referida atrás.

Não estamos no fim da história, estamos sim a viver sob uma configuração disfuncional entre a economia, as finanças, e a política, enfrentando os desequilíbrios que isso implica. As

dinâmicas actuais revelam problemas, interessa portanto compreendê-los, alcançar de onde eles derivam, e quais as questões a considerar para os solucionar. É esta a preocupação que orienta o presente trabalho, balizada nos parâmetros anteriormente explicitados.

2. O SISTEMA FINANCEIRO INTERNACIONAL EM TRÊS ETAPAS: GOLD STANDARD, BRETTON WOODS E NEOLIBERALISMO

Há um autor, Karl Polanyi, que diz que antes existiam sociedades com ilhas de mercado. Hoje há um grande mercado com pequenas ilhas de sociedade³.

Muitos são os que afirmam que vivemos num momento de transição. O conceito de transição requer sempre alguma prudência, e revela sempre algumas dificuldades nas ciências sociais. É verdade que a História é feita de viragens, de transições, mas é também verdade que as sociedades e a economia existem no tempo. E como a economia é sociedade, não faz sentido falar de economia sem a contextualizar historicamente, pois as economias são histórias (Freeman e Louça: 2001). Histórias em mutação, histórias de transição. São estas narrativas transitórias que pretendo analisar até alcançar os nossos tempos.

Durante o século XVII e o século XVIII o comércio mundial expandiu-se a um ritmo mais ou menos constante, cerca de 1% ao ano. Mas esta trajectória de crescimento ganhou um novo registo a partir da primeira parte do século XIX, começando a crescer 4% ao ano (Rodrik: 2011). Este novo patamar de crescimento é explicado pela queda das restrições que constringiam o comércio por longas distâncias, a sua queda permitiu o crescimento do capital, transformando o mundo económico num lugar muito mais integrado financeiramente, como nunca antes presenciado. Por isto, muitos historiadores económicos consideraram o decorrer do século XIX antes de 1914, como o período representativo da primeira Era da globalização (Eichengreen e James:2003).

Esta Era foi possível, no entender de Rodrik (2011), devido a três elementos de mudança. Primeiro, os avanços tecnológicos. A revolução internacional proporcionada pelos avanços nos transportes e na comunicação conseguiu reduzir os custos de comércio na primeira parte do século XIX. Segundo, houve mudanças transversais na narrativa económica. Esta alterou-se através dos contributos de Adam Smith e David Ricardo, estes sustentaram o paradigma do mercado livre tornando-o atractivo, levando muitos governos das maiores economias a relaxarem os seus condicionalismos de comércio. Terceiro, a adaptação generalizada do Gold Standard. Em 1870 através desta adopção consensualmente

³ Citado em Machado, 2009: III;

generalizada, o capital conseguia mover-se livremente, sem medo de um velho constrangimento arbitrário.

Mas a direção rumo à liberalização do movimento do capital, que marcou a primeira era da globalização, não pode ser explicada como se fosse um fim por si próprio. O Gold Standard foi suportado no século XIX por dois tipos de condicionalismos doutrinários, e foram estes que possibilitaram o nascimento de uma globalização que fazia eco dos arranjos que suportavam os mercados (Rodrik: 2011). O primeiro caracteriza-se pela convergência da crença económica, característica deste período. Ou seja, o liberalismo económico e as regras do Gold Standard interligados com as decisões políticas, protagonizadas por diferentes estados, conduziram a uma homogeneização em volta das práticas relativas à minimização dos custos das transações de comércio, e das finanças. O segundo foi o imperialismo, formal ou informalmente, é um mecanismo que impõe regras de comércio, e esta imposição provinha dos governos dos países avançados.

“Imperialist policies deployed the political and military power of the major countries to bring the rest of the world into line whenever possible. Hence they provided an important backstop to globalization being derailed in the peripheral parts of the world economy – Latin American, Asia, and the Middle East – and could be used to render these regions safe for international trade and finance.”⁴

A disciplina que foi imposta pelas práticas imperiais foi essencial para apoiar os fluxos de capitais. O capital podia navegar livremente em grandes quantidades, de onde era abundante (Espaço Britânico), para onde era escasso (Novo Mundo). Esta possibilidade era garantida pelos bancos centrais distribuídos entre as potências mais poderosas, pois estes operavam como uma espécie de clubes, nutrindo mais afinidade uns pelos outros do que pelos seus pares domésticos. Resumindo, as maiores e as mais poderosas economias, nos tempos demarcados por esta globalização financeira, estavam fechadas dentro de clubes organizados pelos bancos centrais. Eram estes que produziam todas as decisões importantes. Pelas palavras de Eichengreen consegue-se perceber o que foi o Gold Standard – “*socially constructed institution*”⁵.

⁴ Rodrik, 2011: 26;

⁵ Citado em Rodrik, 2011: 36;

Pelas linhas atrás, apreende-se que através do regime Gold Standard se instaurou uma crença sistémica pela sustentabilidade da globalização financeira, que vigorou entre 1870 e 1914. No entanto, foi através da Primeira Guerra Mundial que as várias potências hegemónicas introduziram um elevado controlo governamental a tudo o que lhes era externo. O fechamento, por esta altura presenciado, foi derivado de instabilidade, de conturbações, tão característicos e vulgares em tempos de guerra. Todos os governos, mesmo o Britânico, suspenderam a conversibilidade do *gold* durante a guerra, e impuseram restrições à troca livre de moeda doméstica por moeda estrangeira, no fundo impuseram controlos nas trocas. Este fechamento ao externo, derivado da Primeira Guerra mundial, foi uma causa da instabilidade presenciada até 1920 (Eichengreen e James: 2003). Muitos países Europeus experimentaram uma hiperinflação até ao início desta data. Foi sem dúvida um período tempestuoso para as trocas externas.

Muitas foram as propostas que se elevaram de forma a acalmar estes tempos instáveis. Porém, na sua generalidade, pareceriam convergir para o retorno das antigas dinâmicas do *gold*, de forma a recuperar a normalidade das finanças internacionais. Como deveria ser essa normalidade reposta? Um factor fundamental a considerar foi a reposição da conversibilidade do *gold*, e a libra era tomada como referencial. Dever-se-ia repor a paridade pré-guerra (£1=\$4.87), ou utilizar uma taxa mais desvalorizada? A pretensão de desvalorização da Libra era perfeitamente aceitável, quando considerada em retrospectiva: “*Britain’s economic star had dimmed and required a weaker pound to go along with it.*”⁶ Keynes foi uma das vozes sonantes defendendo que a reposição da paridade do período pré-guerra seria um desastre, pois isso deixaria a economia Britânica com uma moeda subvalorizada, e com problemas sérios de competitividade. Os industriais Britânicos concordaram.

Por outro lado, muitos investidores, o Banco de Inglaterra, e outras individualidades consideradas pelo seu dinheiro, convenceram Churchill que a retoma ao Gold Standard através da paridade do pré-guerra seria a melhor opção, pois esta seria a única capaz de satisfazer o propósito de reconstrução da economia Britânica. Eles defendiam que a credibilidade do sistema estava interligada com a imutabilidade das partes: “*change them once, and the markets will think they can be changed again*”⁷. Nesta altura, a prescrição de soluções advinham das dinâmicas dos detentores do dinheiro. A cura, para os momentos

⁶ Rodrik, 2011: 40;

⁷ Ibidem, p. 41;

instáveis que se viviam, legitimou-se pelo “*sound economics*” conveniente para os seus lados. O nosso presente não parece muito diferente deste nosso passado.

A economia Britânica não conseguiu ajustar-se ao ponto de obter um restabelecimento esplendoroso como o vivido no pré-guerra. Os salários e os preços manifestaram-se demasiado elevados para a economia Britânica, impossibilitando o alcance da competitividade com o exterior. As indústrias que se alimentavam das exportações, tais como as do aço, do algodão, dos têxteis, viveram tempos difíceis. Nestas alturas o desemprego roçava uma taxa de 20% (Rodrik: 2011). Para além destes factores negativos, o espaço britânico estava em constante ameaça externa. O Banco de Inglaterra foi obrigado a manter taxas apelativas de câmbio, de forma a prevenir-se de uma saída massiva do *gold*. Foi a alternativa encontrada para competir com países como a França que retomou ao Gold Standard em 1926 com uma taxa de paridade mais aliciante. Por estas razões, e mesmo com o apoio inicial à libra por parte dos Estados Unidos, a economia Britânica parecia não conseguir revitalizar-se.

A afronta Britânica atingiu o seu apogeu quando a *New York Fed* aumentou a sua taxa de juro de referência em 1928, de forma a combater o excesso especulativo em *Wall Street*, colocando assim alguma pressão em países com défices de pagamentos externos, tais como o espaço Britânico. O esplendor Norte-Americano revelou-se com consequências menos vantajosas para outros territórios. Estes foram forçados a adaptarem-se, de forma a subjugarem os seus próprios interesses aos interesses dos Estados Unidos da América. Pouco a pouco estes arranjos sistémicos, orientados pelo Gold Standard, mostraram-se exequíveis. Em Setembro de 1931 os Britânicos renunciaram ao *gold*, e este foi o primeiro passo para o seu domínio acabar, os seus dias estavam contados. Roosevelt libertou os Estados Unidos do Gold em 1933, e a França em 1936 (Bordo: 2002).

Na década de 1930 as políticas domésticas demonstraram ter muita força, pois assistiu-se à falência da cooperação internacional no comércio. Entre 1929 e 1937 o volume de comércio mundial reduziu-se para metade (Eichengreen e James: 2003). Vivia-se um período de protecção, e uma das causas que justifica este fechamento é protagonizada pela Grande Depressão. Por esta altura, os governos sentiam dificuldade em fornecer respostas conciliadoras entre uma economia aberta e as queixas domésticas dos seus produtores, dos trabalhadores, e dos operários, o que contribuiu para o estalar da Grande Depressão. A calamidade estava instaurada e o isolamento foi o impulso natural, e o mais fácil. Contudo é através de sistemas saudáveis de cooperação internacional que melhor se pode servir o mundo, é assim que são evitados os colapsos económicos como o da grande depressão, e é também assim que se podem evitar os próximos. É através destas dinâmicas

cooperativas que se edificam constrangimentos institucionais, partilhados e legitimados pelos diferentes estados (Rodrik: 2011). Todavia a solução ao período instável que se viveu através da Grande Depressão ficou bem longe do exposto, jamais uma ordem económica liberal poderia ser adoptada nestes contornos protecionistas pois, para tal rumo ser seguido, teria que se apostar em consensos de reformas sociais, e concertações nacionais, de modo a possibilitarem a cooperação internacional em matéria económica. Sem estes alcances as portas estavam abertas: os comunistas fecharam-se neles próprios, escolhendo reformas sociais fora dos meandros económicos globais. Os fascistas escolheram a sua nação, contribuindo para a elevação da onda nacionalista na Europa.

Nenhum futuro majestoso pode ser cobiçado sem um devido balanço entre os *outputs* da economia global, e os *inputs* dos grupos sociais domésticos. Para se conseguir espelhar esta pretensão nos contornos da realidade, este compromisso necessita de ser devidamente compreendido, e logo à partida deve ser claro que o mercado livre cria tensões sociais (Stiglitz: 2007). O momento que se parece ter aproximado mais desta consciência foi o período pós Segunda Guerra Mundial. Foi desenhada uma nova psicologia económica voltada para os benefícios decorrentes do comércio livre, mas sem o descuido pelas dinâmicas domésticas. O objectivo seria envolver o mundo através de uma deliberação em toda a sua vastidão, possibilitando uma disciplina internacional capaz. Entremos então nos seus contornos.

Deduz-se com facilidade que o período pós Segunda Guerra Mundial foi terrivelmente difícil de ajustar, ou seja: como poderia uma economia global ser restaurada num mundo fechado para dentro, fechado em políticas domésticas? John Maynard Keynes⁸, entre outros teóricos, escreveram sobre o comércio livre, de modo a denunciarem o fechamento doméstico que abafou o mundo no pós-guerra. Muitas foram as vozes que se elevaram para reivindicarem o comércio livre. O sistema desenhado para dismantelar um mundo voltado para dentro, n pós Segunda Guerra Mundial, chamou-se Bretton Woods. Este sistema foi composto por vários acordos, estes em 1944, foram peças importantíssimas para o desenho da arquitectura institucional multilateral. Eles são fundamentais para o enquadramento dos mercados financeiros entre o fim da Segunda Guerra Mundial e a emergência do neoliberalismo no final dos anos setenta. Foram assinados pelos Estados Unidos da América e Reino Unido, respectivamente representados por John Maynard Keynes e Harry Dexter White. Desenharam um mundo económico através de uma nova psicologia económica, ou

⁸ Citado em Rodrik: 2011;

seja, institucionalizaram a realidade presenciada desde a grande depressão que se prendia pela regulação e controlo dos movimentos do capital. Foram precisos três pilares para fundamentarem o novo sistema financeiro internacional. O primeiro residiu na projecção do dólar como moeda referencial, mesmo que o pressuposto de Keynes fosse a institucionalização de uma moeda de pagamento internacional denominada por bancor. O segundo pilar residiu na edificação de instituições monetárias internacionais – Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. A primeira instituição cobria as necessidades de crédito a países com balanças de pagamentos cronicamente deficitárias, a segunda formalizou-se como um banco de investimento que auxiliava o desenvolvimento económico. Por fim o terceiro pilar, legitimava os condicionalismos ao controlo do movimento do capital. Mesmo que os Estados Unidos nunca tenham transposto realmente tal legitimidade, os controlos domésticos introduzidos pelo Japão e pela Europa Ocidental usufruíram sempre do seu acordo implícito (Teles: 2009).

Este último pilar tinha por objectivo assegurar a “*eutanásia do rentista*”⁹ sustentada por Keynes. As transacções financeiras eram controladas, e a actividade dos bancos era muito regulada. Através de entraves financeiros, as finanças eram reduzidas ao papel que a teoria económica lhe reconhece, o de: “*atração de poupanças dos indivíduos e a sua canalização, enquanto crédito, para o investimento produtivo*”¹⁰, a prova que esta realidade deixou, foi a de um rápido crescimento, pleno emprego, e crescimento sustentável dos salários, daí este período ser denominado pelos trinta gloriosos anos.

Convém realçar que este modelo edificado pelos acordos de Bretton Woods prosseguia pela tentativa de ligar o mundo através de uma deliberação a nível global. O seu compromisso centrava-se no objectivo de elaborar uma disciplina internacional séria, possibilitando o progresso e, desta forma, a liberalização do comércio. Mas não descurava as faculdades dos governos, na elaboração de respostas às necessidades domésticas de cariz social e económico. A economia internacional estava sob o domínio dos objectivos políticos nacionais, como por exemplo: desemprego, crescimento económico, equidade social, entre outros. O principal objectivo deste regime passava pela edificação de uma globalização moderada.

A partir desta conjuntura, demarcada pelo sistema internacional possibilitado pelos acordos atrás referidos, chegou-se à denominação tão reivindicada actualmente –

⁹ Teles, 2009: 93;

¹⁰ Ibidem, p. 93;

Multilateralismo – “*rule-setting through internacional organizations, base don't he cornerst one principle of non –discrimination*”¹¹ . É um termo de origem Norte-americana, o que comprova a sua caminhada hegemónica, e os condicionalismos que a própria designação enfrenta. Mesmo sendo tendencioso, não lhe posso negar a sua espectacularidade. O multilateralismo significa que a aplicação de regras e a partilha de crenças devem brotar através de instituições internacionais, em vez de poderes políticos despidos de legitimidade, ou forrados por regras imperiais.

A personificação do multilateralismo no comércio, durante cinquenta anos após a conferência do Bretton Woods foi o GATT - Acordo Geral de Tarifas e Comércio. Os seus pressupostos incluíam os consensos na estabilização dos preços, a fixação de standards no mercado laboral, entre outros, e teve realmente sucesso. Entre 1947/1995, conseguiu eliminar uma significativa parte de restrições que duraram desde 1930, e conseguiu também reduzir as tarifas provenientes do pós Segunda Guerra Mundial. Como seria de esperar, o volume de comércio mundial aumentou a partir de então (Rodrik: 2011). Não posso deixar de realçar que bastantes partes do globo estavam fora destes arranjos multilaterais, mas o objectivo nunca foi edificar o comércio livre em toda a sua plenitude, o objectivo foi edificá-lo como livre em algumas áreas. O sucesso da Era Bretton Woods residiu na construção de economias nacionais saudáveis, pois quando edificadas faziam movimentar a economia mundial, sob a cautela de controlos e condicionalismos de comércio.

Mas nem tudo foi cor-de-rosa para o GATT, as suas regras enfraqueceram alguns segmentos do comércio mundial. Estas deficiências tornaram a instituição fraca, dando plano de manobra para a edificação da Organização Internacional de Comércio (WTO). A principal causa que levou à queda do GATT foram os mínimos fixados entre as nações, quando a distribuição doméstica, estava a ser posta em causa pelo comércio, este deveria ceder o seu lugar. A flexibilidade proporcionada pelas regras de comércio permitiu que as nações avançadas construíssem versões personalizadas do capitalismo, em volta de diferentes aproximações de governação corporativa (Rodrik: 2011).

A criação da WTO em 1995 introduziu novidades que alteraram as prioridades de Bretton Woods, e o epicentro da mudança reside no novo tipo de globalização que foi introduzido: uma hiper-globalização¹². As economias domésticas começariam a ser uma parte integrante do comércio internacional e não o contrário. A globalização económica, ou seja, a

¹¹Rodrik, 2011: 70;

¹² Rodrik, 2011: 83;

integração internacional dos mercados de bens e de capitais constitui-se como um fim, relativizando as agendas nacionais. A globalização era a prioridade, a fixação de tal epicentro está associado a várias mudanças, a principal foi de cariz ideológico.

A crise do petróleo, e a estagflação que se viveu em 1970 conduziram as economias avançadas a elevadas taxas de desemprego, e de inflação. E esta consequência foi o impulso fatal para a quebra do elo de ligação com os fundamentos de Keynes. O controlo pelas políticas monetárias e fiscais desenhadas por Keynes, de forma a garantir estabilidade, deixou de ser visto como tal garante, e começou a ser admirado como a raiz para a instabilidade presenciada na altura. Os anteriores requisitos foram virados do avesso e os interesses das economias nacionais deveriam ceder os seus lugares hegemónicos. Os principais pólos lucrativos com esta viragem de narrativa foram os Estados Unidos e o Reino Unido, pois eram na altura os maiores centros financeiros edificados através do mercado eurodólar. A remoção dos constrangimentos da circulação do capital fez aumentar ainda mais a procura dos serviços de Wall Street e de Londres (Teles, 2009).

Reagan e Thatcher protagonizaram, na década de 80, a ascensão das economias livres, representaram o fundamentalismo do mercado, ou melhor representaram o neoliberalismo. Esta conjuntura ideológica representa a incapacidade que os governos detêm e representa o optimismo arrebatador em relação à capacidade dos mercados (Teles, 2009). Estes constituíram-se como indispensáveis para o sucesso político. Aos poucos, esta conjuntura ideológica foi ganhando novos aliados, mas talvez o mais influente e admirável seja o território Francês.

A história justifica este novo aliado pró finanças, pela falência do programa socialista protagonizado por François Mitterrand. Os anos iniciais de Mitterrand foram marcados pela pretensão de “*ruptura com o capitalismo*”¹³, pelo desejo de constituir a sua nação numa: “*experiment of socialism in one country*”¹⁴. O capital não reagiu muito bem a esta pretensão socialista, o financiamento deslocou-se, colocando a França sob pressão. Mesmo assim, o governo de Mitterrand continuou fiel ao objectivo socialista, mas por pouco tempo. Este desviou o seu rumo inicial na Primavera de 1983. Suavizou os controlos relativos ao capital e introduziu, na agenda doméstica, a liberalização financeira. Foi assim que as novas regras internacionais em prol da mobilidade dos capitais ganharam mais um adepto.

A década de 80 foi marcada pela direcção cada vez mais homogénea a todos os estados: os mercados deviam ser privatizados e liberalizados (Galamba: 2009). Os quarenta

¹³Teles, 2009: 95;

¹⁴ Rodrik, 2011: 102;

anos de controlo nas transacções cambiais conheceram o seu fim por esta altura no Reino Unido, a liberalização da bolsa de Londres, ou a abertura de mercados financeiros a investidores internacionais marcaram um novo rumo. Os acordos de Bretton Woods começaram a ficar contaminados, o seu sucesso foi minado pela semente da expansão das finanças. Com a expansão do comércio mundial e das finanças, o “*policy space*”¹⁵ começou a perder terreno possibilitando ganhos para outros territórios.

O sistema edificado em prol do controlo de capitais começou a dissolver-se em 1970. Esta, e a década seguinte, representaram uma mudança de paradigma na narrativa económica. Tornava-se inevitável não ser um defensor da liberalização e dos benefícios da mobilidade de capitais. O mundo foi inundado por uma espécie de convicção generalizada: “*just as in trade, an agenda of deep integration centered on free capital mobility would replace the Bretton Woods compromise*”¹⁶. É então que a economia começa a ficar refém do seu posicionamento internacional. O neoliberalismo deixou de ser opção, passou a ser vinculativo e aos poucos impôs o seu estatuto.

Tradicionalmente aos cidadãos domésticos não lhes era concebida legalmente a possibilidade de deslocar o dinheiro, em direcção a investimentos de outros mercados internacionais. Não lhes era permitida a aquisição de vantagens financeiras para além dos seus contornos. Os bancos também estavam sujeitos a certos confrangimentos nas suas operações para além fronteiras. Os condicionalismos amplamente legitimados eram impostos pelos governos, que constrangiam a livre circulação do dinheiro através de regulação (Rodrigues: 2009). Estes entraves foram possíveis, pois teria sido muito difícil ter reunido um consenso em torno da abolição do controlo do capital, após a Segunda Guerra Mundial, porque a carga histórica assim o exigia.

O Bretton Woods espelhou este consenso. Como Keynes defendeu, este consentimento dava aos governos o direito de controlar os movimentos dos capitais. Era um direito que não deveria apenas ser concebido em alturas de crises, deveria sim, ser implementado nos bons e nos maus momentos, sendo fruto de um “*permanent arrangement*”¹⁷. Acreditava ainda, que a liberalização do fluxo dos capitais poderia não implicar apenas instabilidade para o campo das finanças, mas também atingir o equilíbrio macroeconómico – taxas elevadas de desemprego e instabilidade nos preços. Assegurava que o domínio macroeconómico não era auto-sustentável, necessita de se equilibrar a partir de políticas fiscais e monetárias provenientes

¹⁵ Rodrik, 2011: 98;

¹⁶ Ibidem, p.101;

¹⁷ Ibidem, p. 96;

das “ilhas” doméstica. Mesmo em tempos calmos, onde tudo aparentemente corre bem devido ao brilhantismo dos arranjos financeiros, estes conduzem à escravidão da economia doméstica e dos objectivos sociais aos requisitos da economia global.

Keynes e os seus contemporâneos não aceitam esta subjugação por duas razões. Primeiro, porque julgavam que os mercados financeiros podiam criar, através de sentimentos, de sensações, como a euforia e o pessimismo, uma abusiva volatilidade na emissão de moeda. Segundo, preocupavam-se com as consequências que esta instabilidade possa provocar, nutrindo o campo internacional de uma permanente incerteza. Portanto, defendiam que o comércio e as finanças careciam de promoção, mas estas duas parcelas compunham o seguinte paradoxo: reduzindo os custos das transações no comércio requer imediatamente um custo elevado das transações nas finanças internacionais. “*Free capital mobility was out and capital controls were in*”¹⁸.

No seguimento desta linhagem argumentativa, o mundo do emprego e da produção é totalmente distinto do mundo das finanças. Marx acentuava as diferenças existentes entre a produção e o dinheiro, caracterizando a economia capitalista através destas três letras: D-M-D. Quando a finalidade do movimento do capital (D) não é reduzida ao fim de produzir mercadorias (M), essa produção constitui-se apenas num meio para a valorização do próprio dinheiro (D), representando o aumento da liquidez, da flexibilização, e da escolha individual. Resumidamente estas siglas dizem-nos que a produção não é um fim por si mesmo, é um meio para que o dinheiro se multiplique (Corazza: 1993).

O consenso alcançado pelo sistema Bretton Woods consumava o princípio que as economias nacionais necessitavam de conciliar a pretensão do “*full employment*” com um crescimento económico adequado. Para se cumprir este princípio era necessária a existência de um “*policy space*”, capaz de conduzir a sua política monetária e fiscal. No sistema de comércio, o regime financeiro internacional foi construído em volta da crença que a economia doméstica necessita de transcender os requisitos da economia global. Foi um facto. As políticas domésticas e internacionais transcreveram para as suas acções esta inevitabilidade de bem-estar durante o seguinte quarto de século. Porém o calcanhar de Aquiles do sistema de Bretton Woods residia na ausência de resolução para o enigma da economia internacional: Que destino deveria ter o dinheiro? Que papel deveria ter na conjuntura internacional? Não bastava apenas controlá-lo, necessitava de se perceber qual deveria ser o seu enquadramento na economia internacional (Rodrik: 2011). Através da viragem da narrativa económica

¹⁸ Rodrik, 2011: 97;

edificada a partir do neoliberalismo, o dinheiro ganhou um novo enquadramento. As finanças a partir de então edificaram-se como o motor de uma nova Era, caracterizada por uma globalização profunda; por uma híper-globalização. Esta foi perseguida e enquadrada pelas molduras institucionais nacionais e internacionais e foi homogeneizada de forma a ser encaixada como o consenso vigente da actualidade.

Jacques Delors tornou-se presidente da comissão Europeia em 1985. Tinha, na altura, a pretensão de edificar uma *single Europe* e uma das direcções que possibilitava tal desejo era a liberalização do capital. Inicialmente esta liberalização foi pensada através de algumas cautelas que constringiam o fluxo de capitais dentro do espaço Europeu (Rodrik: 2011). Contudo, para o final da década de 80, o controlo do capital encontrava-se totalmente removido em todas as grandes economias Europeias, o que levou ao esquecimento destas cautelas e à edificação deste espaço como uma região totalmente aberta financeiramente. Esta experiência de “descontrolo” detida pelas grandes economias tornou-se num exemplo, numa norma a seguir para as restantes economias Europeias e/ou para as suas aspirantes. Para massificar estas tendências, em 1992, foi assinado o Tratado de Maastricht, edificando novas normas que mudaram drasticamente a história do capital.

Para além do exemplo Europeu, em Setembro de 1997, numa reunião do FMI em Hong Kong, lucrativos e aparentemente incontornáveis negócios estavam a ser discutidos. Michel Camdessus, director do FMI, esperara conseguir realizar a sua ambição de obter uma aprovação formal, através de jurisdição institucionalizada, rumo à liberalização dos fluxos de capitais. Esta ambição não era produto de um movimento isolado, era natural ser-se defensor da liberdade do dinheiro, pois ela representava a ideia de riqueza, de crescimento, e de plenitude. Desde 1980 que o FMI se construiu como um forte defensor da liberalização dos mercados de capitais. Camdessus fez apelos gritantes para que uma nova Era fosse alcançada. Mesmo concebendo que “*Freedom has its risks*”¹⁹, perguntava se “*is there any more fertile field for development and prosperity?*”²⁰. O fluxo do capital privado era tido como a prioridade da economia global. Acreditava-se que a partir de um sistema aberto e liberal se iria trazer elevados benefícios para a economia global. O movimento do capital iria trazer investimento, crescimento, e prosperidade, e, na visão do FMI, não havia sequer espaço para dúvida que a liberalização da circulação do capital era a chave de sucesso para satisfazer esta nova Era de globalização. O crédulo internacional transformar-se-ia na liberalização do

¹⁹ Rodrik, 2011: 91;

²⁰ Ibidem;

dinheiro, levando muitos dos países desenvolvidos a desmantelarem os condicionalismos que controlavam as suas fronteiras. O consenso era geral - *“is time to add a new chapter to the Bretton Woods agreement”*²¹.

Mas este crédulo, em redor dos benefícios da livre circulação do capital, perde o seu esplendor quando hoje observamos os seus efeitos. As crises financeiras têm supliciado vários países deixando-os à mercê do capital financeiro. A primeira verificou-se em 1980 na América Latina. Foi uma crise de défice que envolveu os países desta região e motivou uma grave estagnação económica, denominada por *lost decade* (Teles: 2009). No início de 1990 foi a vez da Europa. Alguns especuladores de sucesso agenciaram contra alguns bancos centrais de vários países Europeus tais como – Inglaterra, Itália, e Suécia. Na metade de 1990 verificou-se mais uma ronda de crises, uma das mais graves, em 1994, denominada por crise da tequila no México. Em 1997/98 verificou-se uma crise financeira na Ásia, que se alastrou até à Rússia em 1998, Brasil em 1999, Argentina em 2000, e Turquia em 2001. Só por estes exemplos, e estes são os mais mediatizados, verificamos que se tornou quase uma constante existir uma crise a algures. Um estudo identificou 124 crises bancárias, 208 crises de moedas, 63 crises de défice, apenas entre 1970 e 2008 (Rodrik: 2011). E não nos esqueçamos da crise financeira que atingiu o epicentro do sistema financeiro – Estados Unidos – em 2007/2008 e rapidamente se alastrou até nós. Estas vagas de crises não são apenas coincidências infelizes. Elas são o resultado de uma liberalização do capital que foi possibilitada sem salvaguardas, sem condicionalismos, sem mecanismos de ressalvas.

Através desta hegemonia financeira, a economia mundial foi reconfigurada. As finanças condicionam e comandam a afectação de recursos, do capital e do trabalho, fazendo sempre prevalecer os seus ritmos e lógicas de funcionamento. A economia sofreu um processo de “financeirização”, processo este designado pela economia pós-Keynesiana e Marxista. Este termo é alvo de múltiplas e dúbias interpretações, mas uma definição lata pode ser encontrada através do economista Gerald Epstein (2005) onde a financeirização ganha os seguintes contornos: *“papel crescente dos motivos financeiros, dos mercados financeiros, dos actores financeiros e das instituições financeiras no funcionamento da economia internacional”*²²

De facto não precisamos de uma profunda observação da realidade contemporânea para concluirmos que a vida económica se encontra absorvida, nas suas formas mais básicas,

²¹ Ibidem;

²² Epstein citado por Teles, 2009: 90;

pela influência das finanças. Nuno Teles no seu texto “*Estado Ausente? Da liberalização dos mercados financeiros à crise do capitalismo sob a hegemonia da finança*” demonstra a absorvência da vida económica às finanças através das empresas e da família. Relativamente à primeira, justifica-a através da valorização do capital accionista, como o novo paradigma de gestão. O alinhamento entre a indústria e os mercados de capitais impôs novas dinâmicas vergadas à especulação financeira, por exemplo, a eliminação das acções produtivas que não sejam rentáveis o suficiente de modo a cumprirem as metas exigidas pelos accionistas. Relativamente às famílias o cenário desenha-se através de outros contornos. A promessa neoliberal em domínio familiar era a criação de uma “*sociedade de proprietários*”²³, através de privatizações e reduções de impostos, os indivíduos tornar-se-iam uma espécie de “*microcapitalistas*”²⁴, com a possibilidade de escolherem entre vários agentes privados no acesso a bens como a saúde, educação ou habitação. Assim, o sistema financeiro assumiu-se como um canal inevitável entre o acesso das famílias a um conjunto de bens essenciais. Relativamente a este sistema financeiro poderoso e complexo, as pessoas sujeitam-se conforme a sua posição social, aumentando ainda mais as desigualdades através da expropriação financeira.

Esta supremacia dos motivos, dos mercados, dos actores, das instituições financeiras, só foi possível pelo erguer dos mercados financeiros como uma arena livre. Só foi possível pela quebra dos consensos impostos por Bretton Woods. Os investidores, providos de livre arbítrio, transformaram os mercados financeiros em paraísos de especulação, colocando as empresas, os bancos, e até os políticos à mercê das suas adivinhações, e todos necessitaram de rever o seu posicionamento. Tal como sustentou Keynes²⁵ a especulação é uma espécie de jogo, onde o jogador -o especulador- ganha quando consegue antever mudanças relativamente à valorização de curto prazo dos activos financeiros. O sucesso do jogo não é o longo prazo, não é descurar qual o real valor do investimento no longo prazo. O sucesso encontra-se na consequência de uma determinada organização dos mercados financeiros. Qualquer investimento implica incerteza e a figurada liquidez que os títulos transaccionados permitem. Os agentes financeiros tentam antecipar qual a evolução dos preços, de modo a lucrarem com as transacções de curto prazo. Para que importa o custo real de determinado activo? É prejudicial tal dedução racional. O que é realmente importante nesta conjuntura é perceber qual a opinião geral que os mercados detêm num determinado momento, tendo a certeza que

²³Teles, 2009: 90;

²⁴Ibidem;

²⁵ Citado em Skidelsky: 2011;

todos os agentes envolvidos procedem exactamente na mesma forma. Esta adaptação comportamental possibilita que os preços sejam obtidos por expectativas cruzadas entre os envolvidos. O pânico, a alegria, a confiança, os sentimentos tão temidos e mediatizados pelos mercados, são resultados amplos de comportamentos dos agentes, que na tentativa de reduzirem os seus riscos individuais, condensam o risco sistémico.

A dinâmica interna dos países mudou completamente através dos mercados financeiros: os países internacionalizaram-se. Os governos parecerem agir erradamente relativamente a estas novas dinâmicas; e a economia tornou-se um campo perigoso. O historiador económico, Charles Kindleberger, caracterizou o fenómeno da livre circulação do dinheiro por todo o mundo como causador de “*manias, panics and crashes*”²⁶.

Os momentos atrás descritos – Gold Standard, Bretton Woods e o Neoliberalismo – mostram que a existência de algum equilíbrio entre os mercados financeiros e o poder político implica concertação internacional, e que esta consiga contemplar o essencial dos vários interesses provenientes das diferentes esferas de poder. No entanto, o último momento, o neoliberalismo, alterou os equilíbrios anteriores. No Gold Standard e no Bretton Woods a concertação internacional era atingida através da supremacia do poder político. Na primeira etapa através das regras imperiais, e na segunda através da consciência que a economia internacional deveria estar sob o domínio dos objectivos políticos domésticos. Porém ambas se edificaram através da convicção que o sistema económico internacional deveria estar coagido às dinâmicas da governação política. Na terceira etapa, ou na terceira era da globalização denominada por Hiper-Globalização, este epicentro hegemónico de poder foi alterado, alterando assim os equilíbrios anteriores. Esta viragem foi possível através de uma nova narrativa ideológica – o neoliberalismo. Portanto, para se encontrar os equilíbrios na actualidade, é necessário que os pressupostos instituídos pelo neoliberalismo sejam revistos, de modo a encontrar-se espaço para a concertação internacional.

²⁶ Kindleberger, citado em Rodrik, 2011: 110;

3. ESTADOS VS MERCADOS

*Tudo o que era sólido e estável se volatiliza, tudo o que era sagrado é profanado, e os homens são por fim obrigados a encarar com olhos prosaicos a sua posição na vida, as suas ligações recíprocas*²⁷.

Karl Marx e Friedrich Engels, Manifesto do partido Comunista, 1848

Uma determinada ideologia é um universo simbólico que delimita uma forma de existência social. Contempla e direcciona a acção dos indivíduos, e, para se auto legitimar, invoca uma série de discursos e práticas. João Galamba (2009) considera que o neoliberalismo deve ser entendido como uma ideologia suportada por um imaginário social, defendendo-se pelas palavras de Charles Taylor:

“ (...) é o modo como as pessoas imaginam a sua existência social, como se relacionam com os outros, como as coisas funcionam entre elas e os seus pares, as expectativas que são normalmente atingidas, e as concepções normativas e imagens que fundamentam estas expectativas... O imaginário social é aquele entendimento comum que torna possível práticas comuns e um sentido partilhado de legitimidade”²⁸.

Uma das principais contradições da teoria neoliberal é aqui demonstrada, pois ao mesmo tempo que pressupõe um imaginário social redutor ignora a sua fonte de legitimidade. Esta contradição não se manifesta apenas num problema para o neoliberalismo, mas sim para as comunidades políticas, pois deixaram que este imaginário político redutor controlasse a sua existência colectiva.

O neoliberalismo pode ser clarificado sob o ponto de vista da liberdade individual. No fundo, para quem o defende, as escolhas políticas devem sempre passar pela tentativa de edificar e suportar condições económicas e legais que contribuem para um mercado livre

²⁷ Citados em Galamba, 2009: 115;

²⁸ Citado em Galamba, 2009: p.116;

embutido em concorrência (Rodrigues: 2009). Portanto, nesta conjuntura, o Estado deveria apenas garantir formalmente uma ordem individualista e competitiva, não devendo intrometer-se nas consequências que os mercados proporcionam. As acções individuais coordenam-se de uma forma voluntária entre os agentes, daí a sua dimensão livre. Os preços, nesta conjuntura, adquirem o estatuto de indicadores, resultantes da lei da procura e da oferta, transmitindo informações acerca dos bens em causa. Os mercados são vistos como o meio mais exequível para garantir a afectação de recursos, sempre encontrada através de um alegado paradigma de liberdade.

Como defendeu Peck²⁹, o neoliberalismo tentou absorver de um quanto liberalismo do século XIX. O seu objectivo seria lançar uma ordem de mercados livres segundo as actuais características históricas. Contudo é o “neo” que introduz toda a novidade e especificidade ao movimento, pois os fundadores do liberalismo nunca olharam para os mercados como estruturas rígidas de auto-suficiência.

Adam Smith³⁰, fundador da economia moderna, defendeu os mercados livres e o comércio livre pois considerava que este permite aos países a retirada de benefícios da sua vantagem comparativa. Nesta perspectiva, diferentes nações conseguem lucrar, pois cada uma é portadora de uma área de especialização, onde detém maiores competências. Estas quando expostas a grandes áreas comerciais, contribuem para uma maior especialização (de empresas e indivíduos), uma maior qualificação na produção, e mais opções no consumo. No livro “*Wealth of Nations*” (1776) confrontou o mercantilismo, bem como as suas práticas. Porém a sua corrente ideológica degenerou através dos seus descendentes. Os economistas liberais, cujo pai foi Smith, acreditam que as economias florescem quando os mercados são livres, sem condicionalismos estatais, defendendo a competição em vez de monopólios. A fixação de barreiras no comércio reduz a competição, e “*state-business*” é um sinónimo de corrupção para estes.

Smith nunca fez uso do termo capitalismo e nunca alegou que a sociedade pudesse apenas ser organizada pelos enredos dos mercados. A sociedade não responde apenas a estímulos económicos. A sociedade jamais pode ser minimizada ao conjunto de indivíduos que procuram a sua satisfação e o seu interesse individual. Para Smith “*os mecanismos dos mercados eram certamente úteis e importantes, mas não eram nem deveriam ser*

²⁹ Citado em Galamba: 2009;

³⁰ Citado em Rodrik: 2011;

universais”³¹. Os mercados não deveriam caminhar sozinhos, necessitam de intervenção do estado em esferas como a educação e o combate à pobreza, necessitam de constrangimentos provenientes de outras instituições financeiras independentes, de modo a atenuar-se a instabilidade, a injustiça, e a pobreza.

A sociedade e os mercados, nesta óptica, estão dependentes de uma dimensão ética comumente partilhada, assente em valores como a confiança e o altruísmo. Smith acreditava numa ordem harmoniosa e providencial que os mercados e os indivíduos emanavam, mas que não era construída por estes. Como defende Galamba (2009), o percalço de Smith evidencia-se na sua naturalização da sociedade, descurando que esta está dependente das acções dos homens que a habitam, das suas vontades, dos seus temperamentos. Não é apenas uma determinada cultura que potencia o indivíduo, o inverso também é verdade.

As soluções para coordenar esta coexistência, no domínio político, foram as democracias modernas (Keane: 2008). Estas reconheceram que são os Homens os culpados pela elaboração das suas próprias conjunturas, que delimitam a sua existência. A liberdade sacralizada pelos neoliberais não é independente, pende socialmente de um conjunto de práticas e de instituições que, por sua vez, dependem de uma acção colectiva. Chega-se, então, às democracias liberais e como Charles Taylor defende:

“Uma democracia liberal deve ser entendida como algo que tenta realizar no maior grau possível certos valores ou princípios de direito. Podemos pensar nela como tentando maximizar os bens da liberdade e autodeterminação colectiva, em conformidade com direitos fundados na igualdade”³²

A partícula “tenta” é fundamental, na medida que demonstra a fragilidade assumida com o vínculo social, e a sobrevivência deste é absolutamente vital para qualquer sociedade e para as democracias modernas. Por exemplo, a pobreza é um problema para qualquer democracia, não só porque se traduz numa violação dos direitos individuais, o que moralmente e eticamente é reprovável, mas também porque condiciona a vivência em colectividade. Condiciona, ainda, a legitimidade das catedrais que possibilitam a existência social desta mesma. Portanto, as democracias liberais não podem ser tomadas unicamente como a gerência legal das actividades privadas dos seus indivíduos. As comunidades políticas são mais do que contractos legais garantidos por uma qualquer fórmula jurídica. Constituem-

³¹ Citado por Galamba, 2009:118;

³² Citado em Galamba, 2009: 121;

se pela interdependência de várias formas de vida comumente e temporalmente partilhadas, sem um “*continuous care for the common*”³³, as democracias liberais falham na sua missão e nem o indivíduo, que tanto o neoliberalismo protagoniza, consegue triunfar.

Como venho a sustentar o neoliberalismo é um imaginário político, e este revelou-se num problema para as comunidades políticas, pois estas permitiram que este imaginário se apoderasse da sua existência colectiva. O estado apenas deveria garantir a existência de uma ordem individualista e competitiva, porque os mercados (os auto-suficientes) garantiriam o resto (o bem da colectividade). A liberdade garantida, através do recuo do estado, potencializa o sucesso individual, e estes indivíduos felizes e realizados, iriam contribuir, com a ajuda dos mercados, para a edificação de uma colectividade harmoniosa. A fórmula institucional que se edificou para satisfazer estes requisitos individualistas foram as democracias liberais. No entanto, as democracias não se podem reger por esta ordem individual, não se podem reduzir a estes mínimos. As democracias que descuidam o equilíbrio da colectividade podem cair nos riscos da ilegitimidade. Através do neoliberalismo o poder político transfigurou-se.

Após 1945, o compromisso dos estados residia na gerência do capitalismo e na protecção da sociedade sob o objectivo do bem comum, através de uma economia mista, que combinava princípios liberais, com a intervenção do Estado, legitimada por valores sociais substantivos. O Estado intervinha e planeava a actividade económica. Defendia ainda a nacionalização de alguns sectores, considerados como fundamentais para a economia, e assegurava o fornecimento de bens públicos essenciais. O objectivo era edificar estados sociais fortes através de noções de justiça social. Estas políticas Keynesianas permitiram, pela primeira vez na história, interligar crescimento económico elevado, democracia e estabilidade social.

Mas foi a partir dos anos 70 que o estrelado atingiu o neoliberalismo, porque conseguiu tirar o maior proveito de uma situação e de um contexto que lhes foi extremamente favorável. A instabilidade era grande, as respostas eram escassas, e o momento necessitava de uma viragem. Os neoliberais ofereceram uma contra narrativa que questionava o consenso Keynesiano e da Social-democracia que dominavam os EUA e a Europa desde do final da Segunda Guerra Mundial. Em 1989 quando o muro caiu, esta crença globalizou-se. A esquerda, que não se identificava com o bloco Soviético, foi completamente envolvida por estas transformações. A existência deste bloco parecia provar que a cedência ao capitalismo não era inevitável. Pois bem, o bloco caiu e o que ficou? Apenas sistemas caducos e

³³ Galamba, 2009: 121;

indesejáveis: Cuba ou a Coreia-do-Norte. Jurgen Habermas escreveu: “Desde 1989-90 tornou-se impossível sair do universo do capitalismo”³⁴. O capitalismo não era mais um inimigo, era a referência de credibilidade para qualquer projecto político. O capitalismo passou a ser o nosso mundo.

Para a denominada Nova Direita o papel do Estado tinha que ser repensado no sentido da sua limitação. O objectivo não era mais ter um estado social forte que garantia o acesso aos serviços públicos promovendo emprego. Nesta altura o objectivo transformou-se no controlo da inflação, redução dos gastos públicos, tornar a economia mais autónoma e mais eficiente através de desregulação, de privatizações, e da redução de impostos (Rodrigues: 2009). O Estado deixou de ser a solução para se transformar num entrave. Não havia mais alternativas ao mercado pois o Estado deixou de o ser. A ideia de necessidade, de carência e de protecção, dos indivíduos, relativamente ao Estado, começou a ser vista como algo negativo, e menos digno. O lema de responsabilização do indivíduo emergiu, e o Estado deixou de ser o legítimo redistribuidor da riqueza. Através de argumentos e promessas de prosperidade para todos, as massas começaram a dar sinais de cedência. Políticas de redução de impostos passaram a ser vistas como favoráveis, pois acreditava-se na transferência de recursos, que até então pertenciam ao Estado, para os indivíduos, os genuínos criadores de riqueza. Teorias, como as do “efeito-cascata”, começam a encaixar cada vez mais nestas ambições, defendem a criação de conjunturas favoráveis para que as fracções produtivas da sociedade consigam encontrar espaço para gerarem riqueza e desta forma - apresentada como uma fatalidade inevitável - toda a sociedade beneficiária dos seus lucros (Galamba: 2009).

Actualmente o modelo anglo-saxónico de laissez-faire mostra as suas falhas (Roubini: 2011). Este posicionamento do Estado, que a teoria neoliberal trouxe, carece de consenso na actualidade. A relação dos mercados com os estados, resultante da limitação do Estado pela crença neoliberal, provoca desequilíbrios cada vez mais reflectidos na nossa vivência, levando muitos teóricos a concluir que hoje os estados estão subjugados a outras esferas de poder, compreendendo-se tais afirmações. Pensemos por breves instantes quais são as respostas políticas a este caos financeiro e certamente que a resposta parece demasiado nítida aos nossos olhares. A solução tem ido de encontro ao lucro do sector financeiro, socializando as suas perdas, continua-se a legitimar os seus prejuízos. Sem barreiras estatais, sem estrangimentos democráticos, sem contrapoder, o apogeu dos mercados financeiros não conhece fim. Aniquilaram a economia global, comandaram a economia real, inibiram o acesso

³⁴Citado por Galamba, 2009: 134;

a bens essenciais por parte das famílias que até então eram assegurados por provisão pública. Mas o mais preocupante deste cenário não é a falta de regulação pública dos mercados financeiros, o mais aterrador é que uma das partes integrantes do capitalismo financeirizado são os próprios estados. O dinheiro parece ter abafado a economia, o dinheiro parece ter comprado a política.

Por estas e outras razões, existe uma espécie de unanimidade em volta da necessidade de justificar e de afirmar o papel do estado neste mundo numérico. Muitos são os teóricos, muitos são já os liberais, que idealizam e protagonizam este papel, de modo a delinear uma solução para a eficácia económica. O Estado, perante os sucedidos acontecimentos económicos e financeiros contemporâneos, assumiu uma nova posição, ganhou um papel mais activo. Talvez a primeira evidência que se retira destes tempos é a afirmação dos Estados nacionais como pilares do sistema económico. Aqueles que anunciaram o fim dos estados-nação, o seu esgotamento e a sua incapacidade, certamente que hoje estão arrependidos por tais erróneos julgamentos. *“De repente os Estados emergiram no centro do sistema financeiro como os salvadores inevitáveis de todo um sistema desacreditado que entretanto entrava em colapso”*³⁵. O Estado negligente passou a bem feitor, passou a ser necessário, imprescindível, e essencial para assegurar o bom funcionamento dos mercados.

Pierre Bourdieu³⁶, no seu posicionamento do Estado, comparativamente ao poder económico e ao poder financeiro, defendeu que o Estado não é apenas um aparelho, não é apenas mais um sector de uma comum equação, ou um supervisor passivo das fatalidades ao serviço dos lucros económicos/financeiros. Entende o Estado como um campo comum a estas outras arenas, um espaço de conflito, de luta entre os agentes estatais, privados, e instituições. Espaço esse onde se ganha ou se perde poder para se regular determinadas práticas, através de legislação, regulação, ou através de outras dinâmicas institucionais, edificando-se assim políticas. Este posicionamento pode ser refutado, à partida, pelos argumentos provenientes da globalização económica, ou pelos sofisticados arranjos financeiros, pelo discurso neoliberal e por todas as suas práticas. Em todos eles o Estado é tomado como extra-económico, considerado como aquele que apenas prejudica o natural e bom funcionamento de outras esferas de poder. Bourdieu, para responder a estas supostas evidências, usa contributos das ciências sociais e históricas, para comprovar que o campo económico há muito que é usufruído pelo poder político. Mesmo no processo de unificação dos mercados financeiros a

³⁵ Carmo e Rodrigues, 2009: 13;

³⁶ Citado em Gros: 2007;

nível mundial, foi a partir de políticas estatais que essa possibilidade se realizou. Ou seja, se o sector financeiro tem hoje poder, foi o Estado que abriu espaço para esse poder vigorar. Abriu um espaço legal, institucionalizou-o e deu-lhe caminho legítimo para crescer.

O envolvimento do Estado na construção hegemónica do poder financeiro é de primeiro grau. O estado assumiu a sua estruturação, o estado foi o seu principal agente. Como por exemplo, o papel do estado na dinamização dos mercados bolsistas através da vaga de privatizações dos anos oitenta e noventa. Empresas estratégicas, e de serviço público foram privatizadas através de ofertas públicas de venda, onde o capital é disperso em bolsa. Principalmente na Europa, foram estas que se transformaram na estrutura pujante dos mercados bolsistas. *“Hoje são antigas empresas públicas dos sectores das telecomunicações, energia, e financeiro, os títulos mais transaccionados das praças bolsistas”³⁷.*

A decisão política foi essencial no processo de globalização das finanças. Os desenvolvimentos na área da comunicação pelas novas tecnologias ajudaram tal processo, mas a fracção essencial foi a política. A política possibilitou a edificação dos mercados financeiros, a política foi o seu eixo central impulsionando a sua adaptação em diferentes estruturas estatais. Se por um lado foram os próprios Estados a constrangerem as finanças através de regulação, na altura dos acordos de Bretton Woods, foram também os próprios a possibilitarem a sua expansão em períodos posteriores.

Foi portanto, através da própria centralidade do poder político que se reconfigurou o seu próprio centro. Ou seja, o poder político é um espaço de conflito, onde uns perdem e outros ganham, e as vitórias e/ou as derrotas são institucionalizadas nesse mesmo centro. Todavia através da globalização financeira edificada a partir da década de 70, este centro reconfigurou-se através do “tímido” posicionamento que o neoliberalismo lhe concedeu. Esta abdicação de poder só foi possível porque a crença pela liberalização dos mercados revelou-se muito promissora. Revelou-se como o ideal para fazer face aos problemas presenciados. E foi assim, que o neoliberalismo se transformou na retórica mais adequada. O neoliberalismo foi uma resposta capitalista contra o estado.

As dinâmicas políticas de outrora foram alteradas através desta resposta, e estas alterações impunham uma certa perda da centralidade institucional detida pelo estado, impunham a abdicação de uma certa autonomia, de uma certa arbitrariedade. Resumidamente, o centro foi reconfigurado através da ocupação do poder global do dinheiro. Muitos académicos defendem que esta reconfiguração amordaçou o poder político, devido à abusiva

³⁷Teles, 2009: 96;

hegemonia que o poder financeiro tem na actualidade. Defendem que o Estado ficou refém do seu próprio patrocinador – o capital. Mesmo admitindo estes argumentos, defendo que a sua centralidade ainda não se esgotou. É através dos estados que se procuram soluções para o momento desarticulado que vivemos. É apenas através deles que o problema se pode resolver. É à esfera política que os cidadãos fazem desnudar as suas desilusões, é aos políticos, legitimamente reconhecidos, que os cidadãos prometem a sua soberania individual, é a eles que os cidadãos delegam a confiança de construção de caminhos colectivos através de perdas de liberdades individuais.

Os papéis dos Estados e dos mercados necessitam hoje de serem equilibrados, de modo que o bem-estar económico e social seja repostos. Este equilíbrio precisa de ser encontrado através da esfera política, através da reconfiguração da sua centralidade. Não basta reformar-se o sistema financeiro, são necessárias reformas sérias, profundas, e no seio dos próprios estados. Porque “*markets are not self-creating, self regulating, self-stabilizing, or self-legitimizing*”³⁸, e por isso eles dependem de um regulador. Os mercados internacionais operam fora do quadro institucional edificados pelos órgãos de soberania, são livres de qualquer arranjo formal, apenas respondem aos seus. E estes operam para além dos limites institucionais que delimitam os estados e as suas jurisdições. Estes dois factores são absolutamente fundamentais para se entender a globalização económica e financeira que nos assiste.

Esta globalização cresceu pela diminuição do poder do estado em dois domínios: internacional e nacional. No plano internacional, reduziu-se o controlo estatal nos fluxos de capital. Os Estados necessitaram de remover os seus condicionalismos na livre circulação do capital, de forma a emoldurarem-se como espaços apelativos capazes de canalizarem investimento estrangeiro. Esta necessidade, amplamente partilhada, permitiu a globalização das normas e das dinâmicas financeiras, e do seu controlo sob o poder político. Para prosperarem, as nações, necessitavam de satisfazer os seus pressupostos, colocando o bem-estar nacional “refém” das lógicas do sistema financeiro internacional. A redistribuição doméstica ficou dependente da sua rentabilidade. Ou seja, o constrangimento em domínio nacional do poder do estado, deu-se pela sua diminuição enquanto suporte de bem-estar. Adveio pela quebra do contracto social, através do enfraquecimento do Estado Social.

O resultado, desta dupla diminuição, foi a colonização dos Estados-Nação pelas relações internacionais. Os requisitos domésticos necessários para garantir o bem-estar

³⁸Rodrik, 2011: 22;

nacional foram imersos pelos objectivos da híper-globalização, pois os segundos transformaram-se nos garantes dos primeiros. As economias domésticas e os objectivos sociais foram amordaçados pelos objectivos da nossa globalização profunda, alimentada pelo apogeu das finanças.

Denota-se que através da híper-globalização o nacional convergiu para as dinâmicas internacionais sustentadas pela liberdade plena das finanças. Portanto, como sustentei, a reconfiguração da centralidade política necessita de ser procurada através de uma nova articulação entre interesse privado (mercados) e interesse comum (estado), mas para esta se perfazer necessita de atingir um equilíbrio entre o domínio nacional e o domínio internacional. O capítulo seguinte pretende alimentar este equilíbrio.

4. (HÍPER) GLOBALIZAÇÃO E/OU ESTADOS (NAÇÃO)

Porque é que (pergunta Churchill) não deverão as nações unir-se num sistema maior e estabelecer o primado da lei para benefícios de todos? Decerto que é esta a esperança suprema que nos deveria inspirar...³⁹.

Os nossos tempos parecem ser de viragem. Os Estados Unidos da América e a União Europeia estão absorvidos pelos seus elevados índices de endividamento, que condicionam as suas pretensões de crescimento económico, e que retraem a sua posição hegemónica no mundo. Países como a China e a Índia, que já foram pobres, e isolados economicamente, constituem-se agora como partes integrantes da economia global, ameaçando a supremacia ocidental (Stiglitz: 2006). Estes fenómenos, conjugados, aumentam a dificuldade de se alcançar uma cooperação global, mas aumentam também a necessidade de a atingir. O momento actual necessita dessa colaboração, necessita do reconhecimento de regras que elenquem a diversidade de singularidades e de caminhos.

Estas tensões devem-se à persistência da hiper-globalização, que substituiu o consenso atingido através de Bretton Woods. Dani Rodrik (2011) recorreu a uma distinção, elaborada por Robert Lawrence, entre duas versões de integração global: “superficial” e “profunda”. Quando ocorre uma integração superficial, como em Bretton Woods, o regime de comércio sustenta-se na política doméstica. Por sua vez, quando ocorre uma integração profunda, a distinção entre políticas domésticas e uma política de comércio desaparece, as regras globais são transformadas em regras domésticas. Não posso deixar de refinar a questão paradoxal que me advêm do atrás descrito: como poderão as regras globais de comércio serem transformadas em regras domésticas? Os pré-requisitos e o bem-estar do crescimento global nem sempre são coincidentes com o bem-estar da sociedade de uma determinada nação.

Os Estados-Nação organizam-se como o próprio nome sugere, em campos nacionais. Por sua vez, uma profunda integração global, denominada por hiper-globalização, organiza-se em campo internacional sem pressupostos domésticos, independente dos seus requisitos. Estes dois modelos no plano existencial são impraticáveis. A existência de um, obrigatoriamente, aniquila a existência do outro. Devo salientar que o núcleo desta tensão não reside apenas na economia global, nem apenas nas regras domésticas, o núcleo desta tensão reside no

³⁹ Citado em Ferguson: 2011: 157;

desequilíbrio proporcionado pelo carácter “destrutivo” que estas obtêm quando postas em contacto.

A actualidade comporta um mapeamento político desenhado a partir de estados-nação, num contexto de uma híper-globalização. Esta união foi possível pela diminuição do poder estatal em dois níveis, como defendi no anterior capítulo, provocando desequilíbrios que ameaçam romper o actual modelo sistémico. Como também resguardei, a contemporaneidade necessita de se emoldurar a partir de uma relação mais equilibrada entre interesse público (Estados) e interesse privado (mercados), de forma a ser restabelecida a centralidade do poder político. O primeiro pressuposto a ter em consideração, de forma a satisfazer um equilíbrio para esta relação, é ter a consciência que a modernidade não suporta mais, em simultâneo, uma híper-globalização, uma auto-determinação nacional, e democracias (Rodrik: 2011). Os tempos modernos carecem de escolhas. Pense-se no mundo que se quer, e decida-se.

Dani Rodrik (2011) elenca a problemática, derivada da consciência atrás descrita, em três opções possíveis. Na sua opinião pode-se reduzir a democracia, possibilitando a sua rendição ao interesse internacional, minimizando os custos de transacções nacionais, e ignorando as clivagens sociais e económicas que a economia globalizada por vezes produz. Pode-se ainda limitar a globalização, na esperança que se consiga garantir a legitimidade democrática apenas através das “catedrais” nacionais. Ou, por último, pode-se globalizar a democracia à custa da perda da soberania nacional. Estas escolhas representam o “*The Political Trilemma of the World Economy*”⁴⁰.

Rodrik (2011) vai ainda mais longe, sustentando que apenas se pode ter dois dos três. Defende que se quisermos preservar a híper-globalização e a democracia, necessitamos de deixar cair o estado-nação. Se, por outro lado, quisermos manter o estado-nação e a híper-globalização é a democracia que deve ser esquecida. Por último, se quisermos preservar o estado-nação e a democracia então esqueçamos a hiper-globalização. O grande problema, na sua opinião, está na contabilização destas escolhas. Estas representam o maior desafio democrático dos nossos tempos, ultrapassando-o podemos responder à contemporaneidade, na medida que a centralidade do poder político poderá ser reconfigurada através do reequilíbrio entre Estados (nacionais) e mercados (globais).

Começemos então por imaginar o mundo que queremos. Afiguremos um mundo totalmente globalizado, liberto de qualquer constrangimento limitativo, sem barreiras, livre de qualquer custo de transacções, onde pessoas, bens e serviços podem circular livremente por

⁴⁰ Rodrik, 2011: p. 43;

ele. Neste mundo liberto, mas sob os requisitos da economia global, as economias e as políticas domésticas provavelmente nem existiriam. Os Estados-Nação, tal como os conhecemos, provavelmente não teriam lugar. Possivelmente ficariam reduzidos ao papel de supervisão passiva dos mercados internacionais, pois responder a uma globalização hiper-profunda, como esta apresentada, significa ultrapassar as políticas domésticas, significa transcendê-las. O movimento em direção à privatização da segurança social, a eliminação de regalias laborais e o isolamento de corpos económicos nacionais (como os bancos centrais, as autoridades fiscais, reguladores, entre outros), representariam neste mundo o anulamento geral do serviço público, representariam o romper com o leque de práticas edificadas a partir de contractos sociais.

Este mundo desenhado no domínio do hipotético não parece estar tão longe da nossa realidade. Até já saboreamos muitos dos riscos inerentes às suas convicções. Por exemplo, o aumento aterrador do desemprego, através da liberalização do comércio. Quando a mão-de-obra não especializada de países industrialmente avançados vê os seus empregos confiscados, ou as suas remunerações reduzidas, para que a concorrência não consiga aliciar a empresa a deslocar os seus postos de trabalho para outro local mais lucrativo, é a pobreza que ganha. Os trabalhadores, na maioria dos países da Zona Euro, são hoje forçados a abdicar de regalias, que tanto custaram a conquistar, em prol do liberalismo. Estas consequências traduzem-se na nossa realidade porque o comércio livre até à data não funcionou, pois não foi livre nem justo (Stiglitz, 2007b). Portanto, se queremos perpetuar estas evidências estejamos conscientes: *“You can have your globalization and your nation state too, but only if you keep democracy at bay”*⁴¹.

Sentir-nos-emos realmente dispostos a suportar estas clivagens sociais que a economia global pode produzir? Estaremos resolvidos em amordaçar os nossos requisitos de bem-estar doméstico, às lógicas de uma profunda liberalização de comércio? Parece-me que não, então: *“Democracies have the right to protect their social arrangements, and when this right clashes with the requirements of the global economy, it is the latter that should give the way”*⁴². Não deixando cair a democracia, e reiterando a convicção que a modernidade não pode mais suportar em simultâneo uma democracia, uma hiper-globalização e estados-nação, restamos mais uma escolha. Necessitamos de escolher entre a hiper-globalização, e os Estado-Nação. Esta escolha poderá ser facilitada pelo tipo de governação que se deseja. Queremos

⁴¹Rodrik, 2011: 202;

⁴²Dani Rodrik, 2011: p.XIX;

uma governação totalmente aberta dos Estados, e entre os estados, sob a lógica capitalista? Sendo o seu funcionamento orientado pela liberdade plena dos mercados. Então a escolha recairá na hiper-globalização. Ou queremos uma governação fechada em nacionalismos provenientes dos Estados-Nação?

Possivelmente quer-se um *mix* das duas, ora ponderemos. Através da hiper-globalização as políticas domésticas estão subordinadas aos interesses financeiros globais. Porém, esta submissão nem sempre satisfaz os requisitos nacionais, pois o que é bom para satisfazer uma rápida liberalização do comércio, por exemplo, nem sempre representa o melhor para os cidadãos de uma determinada nação. Portanto, almeja-se uma governação global que tenha em conta os requisitos capazes de garantir o bom funcionamento da arena internacional, e da arena doméstica, mas este bom funcionamento deve ser garantido segundo o ângulo de reequilíbrio do poder do Estado – Nação. Pois é o poder nacional que se encontra desequilibrado em relação aos mercados globais.

A concertação internacional não deve ser alcançada através da supremacia dos requisitos de uma globalização profunda orientada pela hegemonia financeira, mas sim através das dinâmicas provenientes da governação política. E para as alcançar, deve-se limitar a actual hiper-globalização a uma mais suave, que seja estrangida pelas dinâmicas nacionais, e pelos requisitos domésticos, sob o objectivo de reestruturar, e reaver a centralidade do poder político. Como o director da Organização Mundial do Comércio - Pascal Lamy – defende, não é apenas a esfera local que deve caminhar em direção ao global, a esfera política local também deve ser interiorizada pelo global.

Este novo sistema de governação global deve ser desenhado a partir de um novo *design* do capitalismo. Segundo Rodrik (2011), através de Smith chegou-se ao capitalismo 1.0. Este foi transformado por Keynes através da economia mista, pelo Capitalismo 2.0. Na sua opinião, a actualidade necessita de uma outra transformação capaz de nos conduzir ao capitalismo 3.0. Este deve ser assegurado através de uma governação que consiga salvaguardar os benefícios de uma globalização moderada, que consiga autenticar a diversidade de valores em domínio nacional, através do reconhecimento da centralidade do poder político nacional.

Estou consciente das dificuldades práticas desta ambição. Um caso como os Estados Unidos da América mostra claramente a dificuldade de atingir uma união política e de a manter ao longo de um espaço amplo e heterogéneo, ou a União Europeia, um exemplo não federal, constantemente conectada pelo seu *deficit* democrático. A determinação de uma conjuntura internacional em prol do comércio livre, também se declara complicado de

efetivar. Como se comprova o alcance de uma uniformidade global é de uma dificuldade extrema, pois mais do que impraticável, por vezes é indesejável.

Muitos economistas enamoram-se facilmente pelos modelos que defendem a delegação dos poderes nacionais a tecnocratas internacionais. Este tipo de soluções envolvem “*autonomous regulatory agencies charged with solving what are essentially regarded as “technical” problems arising from uncoordinated decision making in the global economy*”⁴³. Para se alcançar uma legítima governação global esta necessita obrigatoriamente de transcender os mecanismos técnicos, e precisa de transcender os clubes restritos de reguladores. A governação global necessita de alcançar, o mais amplamente possível, os pressupostos sociais.

Dani Rodrik (2011) efetiva a genuinidade desta governação através da criação de um “*Global body politic*”⁴⁴, composto por uma comunidade política transnacional, regida por novos mecanismos harmonizáveis aos requisitos da esfera global e nacional. Para a edificação deste corpo político global é necessário ultrapassar várias barreiras intrínsecas ao funcionamento da esfera política. Começamos então por compreender as suas dinâmicas funcionais, percebamos os seus pré-requisitos, e só então se tente edificar escapatórias possíveis aos seus desafios aparentemente incontornáveis.

O conceito de soberania necessita de ser desmistificado nos meandros de uma actual miragem, designada por governação global. Talvez o marco histórico mais importante, relativamente à soberania, sejam os tratados de Vestefália, que em 1648 colocaram um ponto final à guerra dos trinta anos entre as potências da Europa. Através destes, houve um reconhecimento do Estado, como o detentor de autoridade suprema sob o seu território. Algumas das suas directrizes já vigoravam antes de 1648, e o próprio conceito de soberania – focalizado para resolver conflitos internos – era corrente desde o final do século XVI. O principal triunfo de Vestefália foi a atribuição de autoridade ao estado sob o seu território, espaço aéreo, e três milhas de costa marítima. Através dele constituíram-se comunidades políticas: “*as fronteiras do império coincidem com as fronteiras do seu mundo, e o que estava para lá dessas fronteiras não eram comunidades políticas, de forma alguma, semelhantes e equivalentes à sua*”⁴⁵.

Dentro destes moldes, estabelecidos por Vestefália, os estados são o único poder legítimo sobre o respectivo território, e estes coordenam-se através de reciprocidade, pois são

⁴³Rodrik, 2011: 208;

⁴⁴Ibidem, p. 210;

⁴⁵ Nunes, 2001:78;

considerados como iguais no domínio internacional. Ou seja, estes detêm uma dimensão dupla nesta conjuntura vestefaliana. São singulares porque apenas a eles lhes reconhece autoridade em relação ao seu próprio território, porque o mundo fica confinado às suas barreiras físicas. Outros estados parecem ser tomados como outros mundos. Mas, por sua vez, esta singularidade, esta individualidade legitimamente reconhecida, dota-os de um carácter universalista, possibilitando o alinhamento de relações entre si e ordenando dessa forma os seus objectivos (Nunes: 2001). Através deste reconhecimento adquirido pela autoridade política, intensificou-se a relações internacionais entre os “*sub-mundos*”.

Os estados são a única autoridade reconhecida e legítima, e por isso são superiores. Vestefália foi sem dúvida um marco nas questões da soberania estatal, todo o percurso histórico subsequente a este fenómeno ficou condicionado por ele, até mesmo a modernidade parece não conseguir desenraizar-se dos seus principais fundamentos. Até que ponto será superável o princípio da soberania? Existirá espaço para a construção de uma autoridade política comum?

A superação do princípio da soberania certamente que não advirá de um processo natural, pois este princípio constituiu-se como uma resposta à globalização. Tornou-se numa forma de organização política e das relações sociais relativamente ao global, portanto o seu anulamento não pode ser ocasional, não esperemos que advenha de simples circunstâncias (Nunes: 2001). Poder-se-ia equacionar a sua superação através de um outro conceito, a delegação. Mas a questão da delegação também não é simples de resolver. Esta impõe necessariamente que os legisladores abdicam de algum poder, implica que seja reduzido o seu campo legítimo para com os seus cidadãos. Implicações que dificultam o vislumbre de uma alternativa efetiva.

Para além da soberania, da delegação, talvez o principal problema da governação global se encontre na falta de clareza das relações de *accountability*. Nos Estados-Nação o eleitorado é a fonte legítima dos mandatos políticos, e é através das eleições que se obtém o vínculo para a tão reivindicada *accountability* (Rodrik, 2011). Se os governos nacionais não corresponderem aos anseios dos seus cidadãos, o voto muda. Na governação global não existem estas evidências. A *accountability*, em domínio global, é dúbia, portanto necessita de ser equacionada noutros contornos.

Joshua Cohen e Charles Sabel, dois cientistas políticos, afastam-se das bases tradicionais da *accountability* quando enquadrada nos meandros da governação global. Para eles, esta deve ser utilizada como uma espécie de dobradiça pelos reguladores internacionais, para que consigam providenciar uma boa explicação para as escolhas que os cidadãos devem

tomar. Defendem que “*Questions are decided by argument about the best way to address problems*”⁴⁶, “*Not (by) simply exertions of power, expressions of interests, or bargaining from power positions on the basis of interests*”⁴⁷. Estes defendem uma deliberação transnacional, capaz de gerar decisões legitimadas pelo conhecimento. Esta deliberação transnacional necessita de uma comunidade política global, onde os cidadãos formam as suas identidades comuns no seio de uma população organizada globalmente.

Tentando resumir a ideia fundamental para a edificação de uma governação global, obtém-se inevitavelmente a seguinte frase: os indivíduos necessitam de se construírem como cidadãos do mundo (Stiglitz: 2006).

⁴⁶ Citados em Rodrik, 2011: p.212;

⁴⁷ Ibidem;

5. CONCLUSÃO

Esta dissertação interessou-se pela análise dos desafios democráticos actuais resultantes dos desequilíbrios entre a esfera nacional e internacional, consequentes das dinâmicas económicas e financeiras, num contexto de globalização profunda. Estes reptos resultam da ambivalência entre política nacional e mercados globais. Eles não são novos, mas houve momentos em que a história testemunhou a sua suavização.

Com a Grande Depressão dos anos 30 ainda em memória, criaram-se duas novas instituições económicas: Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. A riqueza concentrava-se num só epicentro - nos Estados Unidos da América. A Europa estava destruída, mas viria a recuperar depressa. As potências Europeias detinham, praticamente, o Terceiro Mundo através das ditas colónias e este ordenamento colonial preocupava Keynes (Stiglitz: 2006). A forma de solucionar esta inquietação foi encontrada, especialmente, pela edificação do FMI. Pretendia-se salvaguardar a possibilidade de os países industrializados serem atingidos por crises. Através da ideia de empréstimos, prevenia-se declínios económicos no Reino Unido, em França, ou nos Estados Unidos, minimizando desta forma as eventuais perdas resultantes de uma depressão global como a do género de 1930 (Teles: 2009). Assim, o FMI formou-se numa espécie de clube constituído por países avançados industrialmente, que aceitaram unir-se para se ajudarem mutuamente.

Nos últimos 60 anos, com particular ênfase nos últimos 40, o mundo transformou-se. Deixou de ser, pelo menos teoricamente, um sistema colonial. As colónias transformaram-se em países independentes. Por sua vez, a estrutura de votação do FMI é igual aquando foi estabelecida no final da Segunda Guerra. *“O colonialismo está morto, no entanto os países em desenvolvimento não têm a representatividade que deveriam”*⁴⁸. Os países intervencionados não parecem ter uma posição preponderante na formulação das políticas que lhes são impostas e já nem mesmo os Estados Unidos a parecem ter. Na contemporaneidade o único que parece ter direito a expressar opiniões é o sistema financeiro. *“O FMI tem vindo, portanto, a aplicar uma política segundo a qual tem de prestar contas a pessoas que não têm, directamente, um dever de responsabilidade democrática.”*⁴⁹ Daí ele ser tão distante das pessoas, das sociedades, que diz salvar.

⁴⁸ Stiglitz, 2006: 44;

⁴⁹ Stiglitz, 2000: 1089;

O *défice democrático*⁵⁰ que conecta o FMI é apenas um reflexo comum a qualquer instituição pública internacional. É consensual que as decisões públicas globais são ineficazes, pois não conseguem transcender os desafios contemporâneos. Esta inacção deve-se, substancialmente, à persistência de uma globalização profunda, alimentada pela liberdade plena da circulação do dinheiro. A hiper-globalização, dirigida pelos mercados financeiros, é uma causa para a destabilização das democracias representativas, em base nacional, pois maximiza os desequilíbrios provenientes da ambivalência de uma governação nacional e da natureza global dos mercados.

A solução, defendida neste trabalho, foi traçada pelo reconhecimento que a actual hiper-globalização necessita de ser moderada através do controlo do poder financeiro, garantido pelo reconhecimento do poder político nacional. Através do arrefecimento da liberdade absoluta dos mercados financeiros, permite-se um maior equilíbrio entre economia internacional e economia nacional, e por sua vez uma maior salvaguarda dos requisitos domésticos. Esta saída deve ser protagonizada por uma governação em domínio global que consiga encontrar os mínimos, possíveis, de funcionamento do plano internacional com o nacional de uma forma mais equilibrada, e mais aceitável para os diferentes países.

Alcançar esta governação será complexo e estou consciente que a limitação da hiper-globalização, nos moldes anteriormente expostos, é uma das muitas condições necessárias para a satisfazer. Moderar o poder das finanças requer a revisão das actuais dinâmicas económicas e políticas, sob o lema de uniformização das múltiplas expectativas domésticas. Este é um desafio com grau elevado, pois nem sempre a indispensabilidade se constitui em desejabilidade, porque, em algumas situações, poderá representar perdas para os interesses de algumas nações. Para além destes desafios, a realidade comporta a possibilidade de uma viragem da hegemonia ocidental. Países como a China e a Índia ameaçam o consenso, amplamente partilhado, sob o direito de condução do sistema económico global. Parece que os efeitos do encerramento do ciclo colonial estão a ser sentidos neste momento pelas populações ocidentais. As fatias do bolo da riqueza mundial estão a ser redefinidas, e a condição hegemónica ocidental está a ser posta em causa.

Percebemos que quando pensamos em globalização rapidamente somos invadidos por várias perguntas e por múltiplos desafios. Como se consegue construir uma cooperação internacional para além das dinâmicas hegemónicas das nações mais poderosas? Teremos sucesso na construção de uma governação global? Como se convence os países periféricos

⁵⁰ Stiglitz, 2006: 46;

que a globalização poderá ser justa e eficiente? Será possível atingir uma conformidade em domínio global, se a China se vier a transformar na nova potência mundial? Todas estas perguntas espelham dificuldades aparentemente incontornáveis. Mas elas também nos proporcionam a convicção que precisamos de reinventar a história da globalização. A sua reinvenção passa por considerar que: o comércio deve ser essencialmente livre; a acção da globalização financeira está a passar os limites do razoável; os Estados Unidos estão a atenuar-se como a superpotência económica mundial; e que os novos mercados emergentes não podem ser eternamente ignorados. Depois de assumidos estes considerandos, o mundo económico, e o mundo político devem estar cientes que necessitam de ceder espaço à democracia, para que sob a sua cautela se determine o seu futuro (Rodrik: 2011).

A democracia como matriz civilizacional, orientadora da estruturação do sistema político, depende de vários factores. O momento actual revela um ponto de equilíbrio instável na respectiva viabilidade. Este trabalho procurou equacionar factores que se afiguram nucleares na configuração do actual desequilíbrio. Estou também consciente de que é imprescindível e urgente equacioná-los, e da magnitude dos desafios e imponderabilidades que isso implica. Foi um percurso pessoalmente estimulante que, apesar de aqui ainda embrionário, estimulou o interesse pelo aprofundamento futuro desta problemática em próximos trabalhos.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros

Carmo, Renato e João Rodrigues (2009), “Prefácio – Da Ficção do Mercado Livre à Realidade do Estado”, em Renato Miguel do Carmo e João Rodrigues, *Onde Pára o Estado – Políticas Públicas em Tempos de Crise*, Lisboa, Edição Nelson de Matos.

Freeman, Chris e Francisco Louçã (2001), *Ciclos e Crises no Capitalismo Global – Das revoluções Industriais à Revolução da Informação*, Porto, Edições Afrontamento.

Ferguson, Niall (2011), *Civilização: O Ocidente e os Outros*, Porto, Civilização Editora.

Galamba, João (2009), “A Crise não Revela Apenas as Contradições do Neoliberalismo”, em Renato Miguel e João Rodrigues (orgs.), *Onde Pára o Estado? Políticas Públicas em Tempos de Crise*, Lisboa, Edição Nelson de Matos.

Gros, Marielle Christine (2007), “Quando o capital financeiro conduz ao ataque do Estado Social”, em José Madureira Pinto e Virgílio Borges Pereira (Orgs.) Pierre Bourdieu. *A teoria da Prática e a construção da Sociologia em Portugal*, Porto, Edições Afrontamento.

Keane, John (2008), *Vida e Morte da Democracia*, Lisboa, Edições 70.

Rajan, Raghuram (2011) *Linhas de Fractura: As Fracturas Escondidas que Ameaçam a Economia Mundial*, Lisboa, Babel.

Machado, Nuno (2009), *Sociedade vs. Mercado – Notas sobre o Pensamento Económico de Karl Polanyi*, Dissertação de Mestrado em Sociologia Económica e das Organizações, Lisboa, ISEG;

Teles, Nuno (2009), “O Estado Ausente? Da Liberalização dos Mercados Financeiros à Crise do Capitalismo sob a Hegemonia da Finança”, em Renato Miguel e João Rodrigues (orgs.), *Onde Pára o Estado? Políticas Públicas em Tempos de Crise*, Lisboa, Edição Nelson de Matos.

Ribeiro, Tiago (2009), “Socialismo Democrático, Estado e Liberdade Individual”, em Renato Miguel e João Rodrigues (orgs.), *Onde Pára o Estado? Políticas Públicas em Tempos de Crise*, Lisboa, Edição Nelson de Matos.

Rodrigues, João (2009), “Onde pára o mercado? Movimentos e contramovimentos nas políticas públicas”, em Renato Miguel do Carmo e João Rodrigues (orgs.), *Onde Pára o Estado? Políticas Públicas em Tempos de Crise*, Lisboa, Edição Nelson de Matos.

Rodrik, Dani (2011), *The Globalization Paradox: Why Global Markets, States, and Democracy can't Coexist*, Oxford New York, Oxford University Press.

Shiller, Robert (2012), *Finance and the Good Society*, New Jersey, Princeton University Press;

Smick, David (2008), *O Mundo é Curvo: Os perigos Ocultos da Economia Global*, Lisboa, Editora Presença.

Stiglitz, Joseph (2007b), *Tornar eficaz a Globalização*, S.I, Edições ASA.

Artigos Online

Bordo, Michael (2002), “Globalization in Historical Perspective”, Business Economics, [Consultad. 8 Agosto 2012]. Disponível em: <http://econweb.rutgers.edu/bordo/nabe.pdf>

Corazza, Gentil (1993), “Globalização Financeira – a Utopia do Mercado e a re-invenção da política”, [Consultad. 1 Maio 2012]. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2003/artigos/A24.pdf>

Dervis, Kemal (2012), “What Role for the State?”, Project Syndicate, [Consultad. 21 Setembro 2012]. Disponível em: <http://www.project-syndicate.org/commentary/what-role-for-the-state>

Eichengreen, Barry e Harold James (2003), “Monetary and Financial Reform in Two Eras of Globalization”, University of Chicago Press, [Consultad. 11 Janeiro 2012]. Disponível em: <http://emlab.berkeley.edu/~eichengr/research/jamesnber11.pdf>

Fischer, Joschk (2012), “Um Abismo de Outono?”, Project Syndicate, [Consultad. 30 Agosto 2012]. Disponível em: <http://www.project-syndicate.org/commentary/an-autumn-abyss-by-joschka-fischer/portuguese>

Keane, John (2006), “Democracy: A short history. ”, [Consultad. 22 Setembro 2012]. Disponível em: http://www.johnkeane.net/essays/essay_complexdemocracy.htm

Keane, John (2010), “*Democracy in the 21st Century: Global Questions*”, [Consultad.22 Setembro 2012]. Disponível em: http://johnkeane.net/wp-content/uploads/2011/01/2010_jk_21stcenturydemocracy.pdf

Keane, John (2004), “*Democracy: The Rule of Nobody?*” [Consultad. 22 Setembro 2012]. Disponível em: http://www.johnkeane.net/essays/essay_rule_of_nobody.htm

Nunes, Ivan (2001), “Globalização e Soberania dos Estados”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 37. [Consultad. 22 Junho 2012].

Disponível em: http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292001000300005&lng=en&nrm=iso&ignore=.html

Plihon, Dominique (2007), “A Globalização Financeira: Colóquio Pobreza, a Dívida Externa e as Três Instituições Irmãs: FMI, Banco Mundial e OMC”, Ciclo «África começou mal, África está mal: A tragédia Africana”, Faculdade de Economia, Universidade de Economia, [Consultad. 22 Junho 2012]
Disponível em: http://www4.fe.uc.pt/ciclo_int/doc_06_07/dominique_plihon.pdf

Rajan, Raghuram (2012), “What Money can Buy?”, Project Syndicate, [Consultad. 7 Agosto 2012].
Disponível em: <http://www.project-syndicate.org/commentary/what-money-can-buy-by-raghuram-rajana>

Roubini, Nouriel (2011), “The Instability of Inequality”, Project Syndicate, [Consultad. 16 Janeiro 2012]. Disponível em: <http://www.project-syndicate.org/commentary/the-instability-of-inequality>

Skidelsky, Robert (2011), “The Relevance of Keynes”, Journal of Economics, Vol. 35, pp 1-13, [Consultad. 22 Junho 2012]. Disponível em: <http://www.skidelsky.com/site/article/the-relevance-of-keynes/>

Stiglitz, Joseph (2000a), “Equidade, Eficiência e o Quadro Económico Global”, comunicação apresentada na conferência sobre «Globalização, Desenvolvimento e Equidade», Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, Portugal 26-28 de Junho de 2000, [Cosultad. 22 Junho 2012].
Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218736362H4vIP1ri8Af49LC6.pdf>

Revistas e Jornais

Judt, Tony (2010), “A Social-Democracia como último baluarte”, Courrier International, nº177, pp. 42-46;

Lazzarato, Maurizio (2012), “A Crise das Dívidas e o Tempo dos Cidadãos – A dívida ou o roubo do tempo”; Le Monde Diplomatique, Edição Portuguesa, nº 61, p.4;

Navarro, Vicenç (2010), “A Crise da Social-democracia na Europa”, Courrier International, nº 177, pp. 49-52;

Story, Louise (2010), “Disparidades Sociais Mimam o Sector Financeiro”, Courrier International, nº 177, pp. 64-66;

